



HISTÓRIA DE NEGROS, MEMÓRIA DE MULHERES: NARRATIVAS SOBRE O ESPAÇO URBANO

■ BERNADETE APARECIDA CAPRIOGLIO DE CASTRO¹

Resumo: Pelos relatos colhidos entre a população negra atual da cidade de Rio Claro – SP, registros fotográficos e documentos, foi possível observar que muitos saberes e práticas dessa população se inscrevem no espaço urbano enunciando temporalidades diversas das relações sociais. As mulheres desempenham papel fundamental na organização desses grupos negros, assumindo a centralidade no ambiente doméstico e no sistema de parentesco. Na representatividade desses grupos perante a sociedade mais ampla, elas têm se destacado como portadoras da memória grupal, como griôs, mães de santo e mesmo como protagonistas de entidades representativas nas políticas públicas. Buscando políticas públicas de valorização de seu patrimônio material e simbólico potencializam as ações do Conselho da Comunidade Negra de Rio Claro (CONERC) e da Diretoria de Políticas Especiais e Assessoria de Integração Racial.

Palavras-chave: memória e espaço; participação e gênero; Rio Claro - SP.

Introdução

Durante o século XIX o regime escravocrata paulista foi constantemente ameaçado pelos levantes, crimes e agressões praticados pelos escravos, motivando a busca de paliativos para conter a desordem social.

"Às apropriações indébitas somavam-se outras reivindicações-direitos costumeiros ou adquiridos, segundo o ponto de vista dos escravos – relacionadas a uma visão paternalista da escravidão, enquanto sistema contratual. Incentivos econômicos, compensações sociais e psicológicas, complementação monetária, eram aspectos vários da constituição, pelo escravo, de um espaço de autonomia no interior da escravidão." (MACHADO; 1987:111).

Em seu estudo sobre Rio Claro Warren Dean (1977) aponta a violência contra os libertos que eram proibidos de suas danças (umbigada de São Benedito) e de suas músicas (tambú) que quando aconteciam eram vigiadas pela polícia local. Tinham sua irmandade, banda e clubes sociais, mas eram proibidos de circular em algumas ruas da cidade ou participar de eventos da sociedade local, sendo também segregados para a periferia da cidade.

"Em Rio Claro, a partir de meados do século XVIII, foi instaurado um código de postura municipal

(Código de Postura), que limitava a circulação de escravos pela cidade durante a noite sem o consentimento dos seus donos. E o mesmo código passa a limitar a presença das danças, batuques e outros festejos de escravos negros na área urbana." (NASCIMENTO; 2005:19).

As leis emancipatórias, como a Lei do Ventre Livre de 1871, Lei dos Sexagenários de 1885, incentivavam alforrias em muitas fazendas, criaram um contexto de falência moral do regime escravocrata, afrouxando o poder de mando dos fazendeiros e abrindo terreno às fugas em massa e à insubmissão ao trabalho forçado (DEAN; 1977; 141). O mesmo autor descreve que os fazendeiros de Rio Claro "temiam que os escravos não fossem trabalhar por salário, eles o fizeram"(DEAN; 1977:149).

A liberdade deveria ser entendida como benevolência dos senhores que, uma vez concedida, permitiria maior mobilidade na oferta de mão-de-obra entre as fazendas através dos contratos de trabalho. Medidas essas adotadas posteriormente com os imigrantes que vieram para as fazendas cafeeiras sob o regime de colonato, como por exemplo, a experiência do senador Vergueiro na fazenda Ibicaba em Cordeirópolis – frente de expansão do café na região de Campinas. Muitos proprietários também utilizaram essa mesma forma de contratação com ex-escravos. (FAORO;1975).

Se durante o Império havia certo reconhecimento de direitos costumeiros quanto às formas de apropriação das terras pelas populações rurais, o que lhes permitia um pequeno acesso à manutenção do modo de vida das mesmas, o grande interesse das elites agrárias era cuidar para que seus direitos de propriedade não fossem ameaçados pela emancipação de escravos e também de camadas populares que poderiam garantir seus direitos de posse sobre terras já ocupadas. Em seu estudo sobre Rio Claro Warren Dean (1977) aponta a violência contra os libertos que eram proibidos de suas danças (umbigada de São Benedito) e de suas músicas (tambú) que quando aconteciam eram vigiadas pela polícia local. Tinham sua irmandade, banda e clubes sociais, mas eram proibidos de circular em algumas ruas da cidade ou participar de eventos da sociedade local, sendo também segregados para a periferia da cidade. Entre cativos e libertos, essa população se misturou com outros contingentes não negros, posteriormente com imigrantes, formando núcleos mestiços em vários bairros da cidade: Vila Nova, Consolação, Bairro do Estádio, etc.

Do mesmo modo que em outras cidades do país a abolição não garantiu às famílias negras direitos à terra e ao trabalho; fez com que se espalhassem pela cidade em busca de ocupação remunerada; outros mudaram para outras áreas rurais e cidades vizinhas. O mercado de trabalho não absorveu a todos deixando que uma parte dessa mão de obra passasse a fazer pequenos serviços, com baixos salários. Muitas

mulheres negras foram para o trabalho doméstico, outras trabalhavam como lavadeiras, cujos ganhos eram pequenos para sustentar a família. Outra parcela dessa população marginalizada se aglomerou em bairros rurais ou em bairros na periferia da cidade; outro contingente se destinou ao trabalho nas fazendas da região ou mesmo migraram para outras cidades, como afirmou Dean (1977):

“... Havia alguns núcleos de fugitivos na região, mais ou menos permanentes. A palavra quilombo é encontrada muitas vezes como nome de núcleos rurais. A parte da cidade que agora se chama Vila Nova antigamente tinha o nome de Quilombo, assim também como uma das fazendas menores, na área que agora é Ipeúna. Outro ponto na estrada entre Campinas e Piracicaba conservou essa denominação até por volta de 1860, havendo ainda outro lugar, no município de Artur Nogueira, 50 quilômetros a sudeste de Rio Claro, onde o nome persiste até hoje. Os quilombos, como outros aglomerados de posseiros, eram regularmente aniquilados com a chegada das fazendas. Às vezes escravos fugidos arranjavam trabalho como agregados.” (DEAN; 1977:91).

Segundo Molina (1981), no Amanak de São João do Rio Claro para 1873, a cidade contava com 4.073

escravos em sua maioria concentrados no trabalho das lavouras de açúcar, algodão e café.

A partir da década de 1870, o desenvolvimento da cafeicultura no município propiciou o crescimento urbano com significativa presença do setor de comércio e negócios comandados pelos fazendeiros locais, médios e pequenos comerciantes. O que se pode notar conforme os dados apresentados no Almanak para 1873 foi que a cidade apresentava um mercado consumidor em consolidação. Segundo Hogan et all (1986) ao analisar o processo de urbanização de Rio Claro, pode-se confirmar a proposição de que a dinâmica urbana foi implementada por um mercado interno consolidado antes mesmo do dinamismo trazido pela ferrovia.

"Frente às taxas de crescimento demográfico do período, e a complexa vida urbana revelada no Almanak de 1873, é preciso relativizar o obstáculo à urbanização que a autossuficiência das fazendas representava. Seguramente falta mais pesquisa para identificar e dimensionar os consumidores da extensa gama de bens e serviços disponíveis à população Rioclarense em 1873. Não há como negar a complexa estrutura de indústria, comércio e serviços, a especulação imobiliária evidente, a vida cultural rica e diferenciada, o ritmo de crescimento da malha urbana, que mostram um centro urbano propriamente dito." (HOGAN;1986: 29).

Entretanto, ao lado da prosperidade alcançada pela aristocracia rural da cidade, de sua participação política em instâncias importantes da província, do movimento republicano ao qual se filiavam, a dinâmica da acumulação capitalista local estava ainda atrelada à estrutura escravista, conforme descreve Santos (2002):

"...Nesse processo, enquanto discutiam a importação de trabalhadores livres, ao mesmo tempo continuavam comparando escravos das regiões decadentes. No período de 1874 a 1885 a cidade abrigou, inclusive, um entreposto comercial de escravos." (SANTOS; 2002: 57).

Warren Dean (1977) levantou a hipótese de que a Lei do Ventre Livre de 1871 propiciou esse comércio, uma vez que a manutenção dos "ingênuos" até a idade de oito anos era onerosa aos proprietários de regiões em decadência.

"As vendas de escravos registradas em Rio Claro a partir de 1872 constituíam na maior parte – é interessante observar – de meninos de 10 a 15 anos. Raramente eles eram acompanhados dos pais, sendo declarados – quase sempre, é provável, falsamente – de mãe desconhecida ou morta." (DEAN; 1977: 69).

No espaço urbano foi se consolidando um ordenamento

territorial que estabeleceu princípios quanto ao seu uso e ocupação. Com base em uma visão segregacionista e apoiado em políticas sanitaristas, os planos e reformas urbanas se empenharam em afastar do centro da cidade a população negra, seus costumes e práticas, como afirma SILVA (2010) em sua pesquisa sobre a reforma Pereira Passos no rio de Janeiro: "A cidade que se formaria após reforma urbana da primeira década do século XX criou uma barreira contra a presença das religiões de matriz africana empurrando-as para o recônditos da capital assim como para a baixada fluminense". A repressão policial agia na apreensão de objetos de cultos afro-brasileiros bem como a prisão de pais-de-santo e curandeiros.

A repressão aos cativos e, posteriormente aos libertos e mestiços, se fazia através de legislação contida nas posturas municipais e provinciais e como observou Garcia (1996) em Rio Claro:

"Ficam proibidas cantorias e danças conhecidas vulgarmente como batuques, sem pedido de licença da autoridade policial, sob pena de 20\$ ao dono da casa, e de 2\$ à cada um dos participantes, sendo dispensado o ajuntamento. Na reincidência, sofrerá o dono da casa 4 dias de prisão e os demais 24 horas." (GARCIA; 1996: 13).

Não apenas a desobediência e rebeliões de cativos e libertos como encontramos nos estudos de Queirós (1977) e mesmo os processos-crime contra as práticas mágico-religiosas como

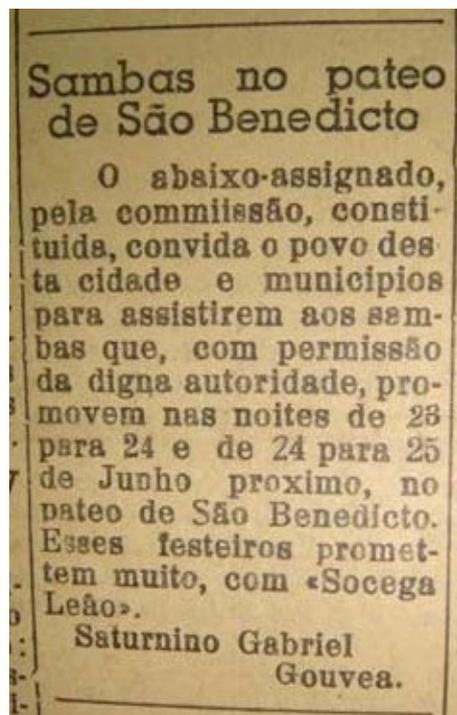
descreve Maggie (1992), se alastravam pelas fazendas e áreas urbanas criando um clima insegurança por parte das elites locais. Em uma pesquisa realizada por Nascimento (2005) em Rio Claro junto à população negra, foi registrado depoimento que demonstrava as "estratégias de ocultamento" da comunicação entre eles que aconteciam nas festas e danças (Figuras 1 e 2); muitas vezes realizadas em áreas públicas:

"Dona "O"(2004) tece um comentário sobre como era a música do Tambu: "a festa ia a noite inteira, e tocava no tambor, e a cantiga que eles fazia era um canto inventado, mas o próprio canto inventado era ponto, (...) "Mais na linguagem dos africanos eles falavam tudo errado, e cantava naquela batida um jogando ponto pro outro e o patrão, o coronel, não tinha entendia nada. Achava bonito mais não entendia nada, era ponto mesmo pro patrão.(...) então as vezes, as vezes vinha um lavrador de serviço grosseiro. Então nesse dia ele aproveitava pra desabafar "he fulano, he,he..." e buscava o coro pra lá. Então se eu conforme o canto eu já sabia que aquele ponto era pra mim, então escutava e ele respondia." (NASCIMENTO; 2005:16).

A cultura negra se manteve no município através do tambu, congada, umbigada de São Benedito (Figuras 3 e 4), festas de santo, das práticas religiosas

de origem africana, como o candomblé e a umbanda, da culinária, artesanato e principalmente do carnaval como, por

exemplo, a escola de samba Voz do Morro.



Figuras 1 e 2 – Inauguração da igreja de São Benedito e convite para festa no pátio da igreja – acervo do Arquivo Público Histórico de Rio Claro.



Figura 3 – Samba do lenço – 1955 (acervo da família Copriva)



Figura 4 – Umbigada de São Benedito – 1952 (acervo da família Copriva)

Em uma pesquisa realizada Departamento de História da FFLCH/USP entre 1986 e 1988, coordenado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Suely Robles Reis de Queirós, pelo foram colhidos muitos depoimentos entre informantes de famílias negras em Rio Claro serviram de fonte às atuais pesquisas realizadas. Sob a metodologia da história oral, os depoimentos fornecem importantes dados para serem comparados com a historiografia local sobre os negros na cidade Callari & Baptista(1989).

Depoimento de Maura Francisca Andrade de Oliveira (1987)
Filiação: Felisberto Andrade e Aparecida Bueno Andrade – neta de Maria Francisca Bueno.

E - Ela foi criada com quem?

D - Com a patroa. Ela fala patroa, mas eram conhecidos deles lá, que

era gente do tempo de ter os escravos, de ter os criados deles. E então diz que, de vez em quando, essa avó dela ia fazer visita prá ela lá, diz que ela ia na casa dessa mulher. Aí ela falava pra mulher: “O tempo dos escravos”- falava pra dona Ana- “que era tempo bom, porque a gente comia e bebia e nem sabia quanto custava. Hoje nós estamos todos livres e não temos o que comer”. E minha avó ficava revoltada porque ela achava que estava sendo pressionada porque a mulher a trazia naquele sistema.

Em vários estudos sobre a expansão urbana da cidade de Rio Claro foi possível identificar espaços constituídos a partir da segregação da população negra, sendo reconhecidos pelas autoridades e pela vizinhança (de

origem italiana e alemã) como lugar de desocupados, de gente perigosa ou lugar dos pretos. Entretanto, mesmo dentro de um processo de expropriação efetivado ao longo do tempo pelas elites locais, as famílias negras mantiveram locais de festas e cultos promovendo sua integração grupal e demarcando espaços de memória.

Ângela Sabino do Nascimento (2005) realizou pesquisa com informantes da comunidade negra cujos depoimentos permitiram identificar espaços onde se realizavam festas e cultos, constituindo espaços de memória dessa população (Figuras 5 e 6).



Figura 5 – Espaços da festa – Bairro do Estádio.(Nascimento; 2005)

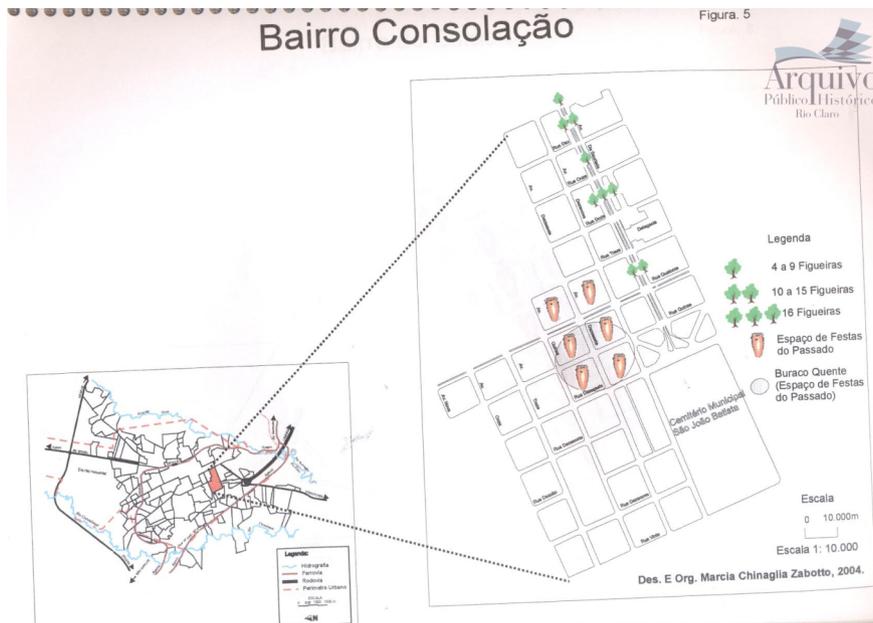


Figura 6 – Espaços da festa e as figueiras – Bairro da Consolação.(Nascimento; 2005)

Em 2012, com a participação do Conselho da Comunidade Negra de Rio Claro (Conerc), Arquivo Público e Secretaria Municipal de Educação foi realizado o Curso de Capacitação para

Professores Coordenadores do Ensino Fundamental (Figura 7) com os objetivos de preparar os professores sobre a temática Africanidades.

Objetivos do curso
Formar educadores que trabalhem com as histórias e as culturas das populações africanas e afro-brasileiras com os alunos do ensino fundamental.
Construir a partir de módulos apresentados uma articulação entre a teoria e a prática didático-pedagógicas a fim de que os profissionais da educação adquiram a formação necessária para desenvolver a Lei 10.6039/2003.
Compor, editar e distribuir um material bibliográfico de apoio às práticas pedagógicas.
Estimular o fortalecimento e a multiplicação de parcerias entre a comunidade escolar e a comunidade negra.
Ampliar conhecimento sobre o conceito de Raça, Racismo, Preconceito, Cultura Africana e Afro-brasileira.

Figura 7 – Curso de Capacitação de Coordenadores Pedagógicos – 2012.

O curso foi realizado com duas *griôs* da comunidade negra que acompanharam as aulas com seus depoimentos sobre fatos passados confrontando com trechos da literatura ou de pesquisa acadêmica.

Essas narrativas constituem um patrimônio cultural imaterial que caracteriza a comunidade à qual pertencem, oferecendo elementos que permitem reconstruir identidades, ligar passado-presente e estabelecer laços de territorialidade entre os indivíduos. Na forma de história oral, esses contos fazem parte da educação informal de crianças e jovens em diferentes espaços sociais, possibilitando a compreensão da relação entre sujeito e a história. Foram realizadas saídas de campo com o

acompanhamento de duas *griôs* a fim de identificar locais onde famílias e grupos da população negra tiveram presença com a finalidade de demarcar esses “espaços de memória.”

A cartografia social, desde marcadores territoriais, mapas mentais e mapas documentais, possibilitam a reconstrução de espaços físicos materiais e simbólicos que tornam ativos sentimentos de pertença. Ao mesmo tempo, esses espaços são ressignificados de modo a permitir novos usos (Figura 8). Por exemplo, ao visitar a Igreja de São Benedito com o grupo de professores, as duas *griôs* que narravam a história do lugar, retomaram a importância da grande figueira na praça da igreja. Como morada das mães ancestrais (*Iá Mi*

Oxorongá), essas árvores são marcadores territoriais que guardam referências da cultura afro-descendente nos territórios por eles ocupados. A apropriação desse conhecimento narrado pelas duas

mulheres estimulou a retomada daquela praça como espaço negro, legitimando celebrações e festas que passaram a ser organizadas pela comunidade em datas posteriores.



Figura 8 – Exposição das escolas municipais – encerramento do curso de capacitação. Semana da Consciência Negra – 2012. Rio Claro- SP.

Capelas e terreiros, irmandades e festas de santo, cantos e contos e outras manifestações da cultura se consagram em repertórios de um vasto patrimônio no sentido de bens coletivos. Não são apenas reminiscências do passado guardadas na paisagem urbana ou rural, mas guardam potencialidades.

"As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para

aquele "tempo perdido", quando a nação era grande; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Ele constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as "pessoas" para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente." (HALL;2005:56).

Quilombos, igrejas, terreiros, festas, comidas, danças e músicas foram heranças dessa cultura negra que marcaram a história da cidade de Rio Claro-SP e, por motivo de discriminação e submissão estiveram encobertas por ideais de superioridade da cultura das populações de origem européia com forte presença no município.

As atividades na comunidade e a representação nas instâncias públicas são exercidas com grande representação das mulheres negras, demonstrando a permanência de traços significativos do universo feminino na cultura negra. Elas contam a história da comunidade sempre relacionada a um evento festivo, a um mutirão de trabalho, a encontros nesse ou naquele bairro, procurando integrar com mulheres migrantes e de assentamentos rurais próximos ao município.

As intervenções feitas pela comunidade negra seja através Conselho da Comunidade Negra de Rio Claro (CONERC) e da Diretoria de Políticas Especiais e Assessoria de Integração Racial foi possível compreender o interesse dos participantes desses em recuperar, mesmo através de pequenos recortes, a experiência de seus ascendentes.

Notas

¹ Professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Rio Claro. Graduada em Ciências Sociais e

doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paul. Possui também graduação em Licenciatura em História. É docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP/IGCE-Rio Claro e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe/UNESP/IPPRI. Desenvolve pesquisa e orientação acadêmica dentro da temática Patrimônio Cultural, Memória e Território abordando: campesinato e território; patrimônio cultural e políticas públicas; territórios étnicos; dinâmicas territoriais e processos culturais. Coordenadora do LAPAT-Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa sobre Patrimônio, Memória e Território/DELAN/IGCE-UNESP-Rio Claro-SP. É líder do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Memória e Território/CNPq.

Referências Bibliográficas

Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro - - Portal Memória Viva - (documentários)
<http://www.memoriaviva.conexaobrasil.org/>

CALLARI, C.R. & BAPTISTA, M.R.de B - Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo (depoimentos de Rio Claro). Arquivo do Município de Rio Claro, SP. 1989

DEAN, Warren - Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-

1920. Tradução de Waldívia Portinho; Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

FAORO, Raimundo – Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre/São Paulo; Ed. Globo/EDUSP. 1975.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. 150 anos da Câmara Municipal de Rio Claro. Câmara Municipal de Rio Claro/Arquivo Público Histórico do Município de Rio Claro. 1996.

HALL, S. 2005– A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.

HOGAN, Daniel J. et all. Café, ferrovia e população: o processo de urbanização de Rio Claro. Campinas. NEPO/UNICAMP. 1986.

MACHADO, Maria Helena P.T. - Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo in História da Cidade de São Paulo, (Paula Porta, org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAGGIE, Ivone – Medo do feitiço: relações entre poder e magia no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça. 1992.

MOLINA, Thomaz Carlos de (org.) – Almanak de S. João do Rio-Claro para 1873 –publicado por José Maria Lisboa. Ed. Facsimile. São Paulo. Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1981.

NASCIMENTO, Ângela Sabino. Os espaços negros na cidade de Rio Claro-SP. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia. IGCE/UNESP. Rio Claro. 2005.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. Rio Claro: uma cidade em transformação – 1850-1906. São Paulo; Anablume/Fapesp. 2002.

SILVA, Marcelo Pereira – Subúrbio, morro e terreiro: a geografia da prática cultural dos negros em meio ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1940. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia; IGCE/UNESP.RioClaro/SP.

HISTORY OF BLACKS, WOMEN OF MEMORY: NARRATIVES OF URBAN SPACE

ABSTRACT: THE REPORTS COLLECTED FROM THE CURRENT BLACK POPULATION OF THE CITY OF RIO CLARO - SP, PHOTOGRAPHIC RECORDS AND DOCUMENTS, IT WAS OBSERVED THAT MANY KNOWLEDGE AND PRACTICES OF THIS POPULATION CAME WITHIN THE URBAN SPACE ENUNCIATING VARIOUS TEMPORALITIES OF SOCIAL RELATIONS. WOMEN PLAY KEY ROLE IN ORGANIZING THESE BLACK GROUPS, ASSUMING THE CENTRALITY IN THE HOUSEHOLD AND IN THE PARENTAGE SYSTEM. THE REPRESENTATIVENESS OF THESE GROUPS TOWARDS THE WIDER SOCIETY, THEY HAVE DISTINGUISHED THEMSELVES AS BEARERS OF GROUP MEMORY AS GRIOTS, MOTHERS SAINT AND EVEN AS LEADERS OF ORGANIZATIONS REPRESENTING PUBLIC POLICY. PUBLIC POLICIES SEEKING VALUATION OF ITS MATERIAL AND SYMBOLIC HERITAGE POTENTIATE THE ACTIONS OF THE BLACK COMMUNITY COUNCIL OF RIO CLARO (CONERC) AND THE DEPARTMENT OF SPECIAL POLICY ADVISOR AND RACIAL INTEGRATION.

KEY-WORDS: MEMORY AND SPACE; GENDER AND PARTICIPATION; RIO CLARO - SP.

HISTORIA DE LOS NEGROS, MEMORIA DE LAS MUJERES: NARRATIVAS DEL ESPACIO URBANO

RESUMEN: LOS INFORMES RECOGIDOS DE LA ACTUAL POBLACIÓN NEGRO DE LA CIUDAD DE RÍO CLARO - SP, REGISTROS Y DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS, SE OBSERVÓ QUE MUCHOS CONOCIMIENTOS Y PRÁCTICAS DE ESTA POBLACIÓN LLEGARON DENTRO DEL ESPACIO URBANO ENUNCIAR DIVERSAS TEMPORALIDADES DE LAS RELACIONES SOCIALES. LAS MUJERES DESEMPEÑAN UN PAPEL CLAVE EN LA ORGANIZACIÓN DE ESTOS GRUPOS NEGROS, ASUMIENDO EL PAPEL CENTRAL EN EL HOGAR Y EN EL SISTEMA DE PARENTESCO. LA REPRESENTATIVIDAD DE ESTOS GRUPOS HACIA LA SOCIEDAD EN GENERAL, QUE SE HAN DISTINGUIDO COMO PORTADORES DE LA MEMORIA DE GRUPO COMO GRIOTS, MADRES SANTO E INCLUSO COMO LÍDERES DE ORGANIZACIONES QUE REPRESENTAN A LAS POLÍTICAS PÚBLICAS. LAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE BUSCAN LA VALORACIÓN DE SU PATRIMONIO MATERIAL Y SIMBÓLICO POTENCIAN LAS ACCIONES DEL CONSEJO DE LA COMUNIDAD NEGRO DE RÍO CLARO (CONERC), DE LA JUNTA DIRECTIVA POLÍTICAS ESPECIALES Y EL CONSEJO DE LA INTEGRACIÓN RACIAL.

PALABRAS-CLAVE: MEMORIA Y ESPACIO; GÉNERO Y PARTICIPACIÓN; RIO CLARO - SP.